

aguerrido e eficaz, mas muito desumanizado

REORGANIZAÇÃO E MAIS EFICÁCIA, EXIGIU A TROIKA



A administração tributária tem meios como nunca teve, mas, na pressão da cobrança, continua a nem sempre salvaguardar os direitos e garantias dos contribuintes

CRIAÇÃO DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

O memorando previa uma reorganização interna que juntasse as três direcções-gerais (DGCI, Alfândegas e Informática) que trouxesse mais sinergias ao Fisco. Criou-se, no início de 2013, a Autoridade Tributária e Aduaneira, que passou a ser liderada pelo director-geral dos Impostos. A readaptação, contudo, ainda está a fazer-se “e ainda nada se nota no terreno”, diz Paulo Ralha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos. “Continua a ser cada um por si”, remata.

ACTUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS

Já há muito que é uma aposta do Fisco e nos últimos anos a informática foi sendo sempre melhorada, permitindo alargar a informação disponível sobre os vários contribuintes e detectando mais facilmente situações de risco. No ano passado entrou em vigor a “e-factura”, que passou a exigir às empresas o envio mensal para o Fisco de todas as suas facturas. Passaram também a ter de comunicar quase de imediato as guias de transporte de mercadorias. Ao mesmo tempo, a automatização de procedimentos como as execuções fiscais acentuou-se ainda mais.

SORTEIO FACTURA DA SORTE

Não foi uma imposição do memorando, mas vem na sequência do programa “e-factura” e é a esperança do Fisco para obrigar mais empresas a entrar para o sistema. Elogiado por uns, muito contestado por outros, o sorteio ainda não teve tempo de dar provas.

MAIS FUNCIONÁRIOS PARA A INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA

Era também uma medida da troika e tem vindo a concretizar-se aos poucos. Numa primeira fornada entraram 320, e há agora um concurso, para entrarem mais mil inspectores. Estes continuam, no entanto, a queixar-se da falta de meios, não só humanos, mas também materiais. E lamentam a falta de “vínculo de nomeação”. “A casa está construída, mas foi pelo telhado e continuam a faltar as pessoas”, afirma Nuno Barroso, da Associação dos Profissionais da Inspeção Tributária.

rou o salário, a casa, o que for”. Há, sustenta, “uma máquina eficaz, mas muito desumanizada e isso tem-se acentuado nos últimos anos”.

Informatização e transparência

Hoje em dia, a informação fiscal sobre qualquer contribuinte singular ou empresa está a distância de uns poucos cliques. “Todo o sistema informático está muitíssimo mais eficiente”, afirma Nuno Barroso, inspector tributário e presidente da Associação dos Profissionais da Inspeção Tributária (APIT). O inspector, que é também um crítico da “Factura da Sorte” – “tenho dúvidas sobre o sucesso sustentado da iniciativa –, reconhece, no entanto, que o “e-factura” “é um instrumento de trabalho que a curto prazo será muito útil na detecção de empresas que andavam fora do sistema”. Lamenta, no entanto, a falta de meios humanos, as carreiras congeladas, o facto de até terem de usar o carro pessoal para o trabalho. “Há um grande desinvestimento nas pessoas e sem elas a máquina não pode funcionar”, lembra.

Além da informatização, há outros aspectos a sublinhar. O Fisco “está de facto mais transparente e aberto aos contribuintes e conhece melhor os seus negócios”, nomeadamente através da unidade de acompanhamento dos grandes contribuintes, lembra Serena Cabrita Neto, advogada e fiscalista.

O Fisco, lembra António Carlos Santos, “tem hoje armas que não tinha há uma década, nomeadamente a nível informático, e isso devia ser aproveitado para melhorar o seu funcionamento”. Porém, há ainda muito a fazer, seja em termos de formação dos funcionários, de revisão de “métodos antigos” ou mesmo de educação escolar “onde deveria começar a consciencialização fiscal”. “O olhar da administração continua

O olhar da Administração fiscal continua a ser muito para dentro.

ANTÓNIO CARLOS SANTOS

Fiscalista e ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Há uma máquina eficaz, mas muito desumanizada e isso tem-se acentuado nos últimos anos.

DOMINGUES AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Todo o sistema informático está muitíssimo mais eficiente, (...) mas há um grande desinvestimento nas pessoas e sem elas a máquina não pode funcionar.

NUNO BARROSO

Presidente da Associação dos Profissionais da Inspeção Tributária

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

Um Fisco mais eficaz, mais bem equipado do ponto de vista informático, capaz de “num minuto, traçar o retrato fiscal de um qualquer contribuinte”, mas também um Fisco mais cego, em que a preocupação com a arrecadação de receita continua a pôr em causa direitos e garantias dos contribuintes. Passados três anos sobre a chegada da troika, é com estas linhas que se cose a relação entre os contribuintes e a fazenda pública. Ainda com muito a melhorar, dizem especialistas ouvidos pelo **Negócios**.

“Continua a haver uma grande pressão para a cobrança de impostos de qualquer forma e isso colide muitas vezes com as garantias dos contribuintes”, afirma António Carlos Santos, fiscalista e ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. A maior eficiência da administração fiscal na sua função de cobrança de impostos foi desde sempre uma preocupação da troika, espelhada no memorando de entendimento. Mas daí até termos conseguido uma administração mais equitativa, justa e eficaz, vai ainda uma distância. “Se tudo estivesse bem, não eram necessários sorteios”, exemplifica António Carlos Santos.

Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, concorda. “O sistema é eficiente e está bem montado, mas só acompanha quem está no sistema”, afirma. “Quem está na economia paralela mantém-se fora, apesar do ‘e-factura’, porque esta tem uma missão pedagógica, mas não se exagere nos efeitos que lhes atribuem”. O bastonário, tal como António Carlos Santos, critica medidas como o sorteio “factura da sorte”. E lamenta os “exageros” cometidos na “cegueira” da cobrança de impostos: “Se o fisco